

Moçambique: novos trajos em corpo envelhecido

José Luis Cabaço

Moçambique

Na Conferência de Berlim, como se sabe, concordaram-se os princípios e as regras da extensão a África do processo de mundialização que correspondeu à fase dos impérios territoriais. A economia-mundo consolidou-se com a anexação de novas terras, com a transformação em mercadoria dos seus recursos e do trabalho das suas populações e com a mecanização da produção. Os extraordinários avanços tecnológicos, principalmente nos transportes e comunicações viabilizaram a nova dimensão dos sistemas económicos das grandes potências e introduziram uma dinâmica vertiginosa na internacionalização do comércio e finanças.

A consagração, em Berlim, do princípio da ocupação efectiva foi a certidão de nascimento da fase imperialista. O imperialismo territorial exigia controle directo das fontes de matérias primas e dos pontos estratégicos que garantiam acessos e rotas. As guerras de ocupação do fim do séc. XIX e princípio do séc. XX não foram mais, afinal, do que expressão desta profunda transformação.

A ocorrência do colonialismo territorial em Moçambique começou, também, como um guerra de ocupação que passou pela destruição dos poderes locais e pela subordinação das suas organizações políticas e sociais aos parâmetros e valores do colonialista.

A colónia foi definida como um todo administrativo, mas a preocupação imediata foi a de impedir que as suas populações pudessem de algum modo assumir essa dimensão unitária. A Lei do Trabalho de 1899, logo determinou a existência, nas colónias, de dois estatutos: “não indígena” e “indígena”. No plano produtivo, à dicotomia “não-indígena / indígena” correspondeu a divisão acentuada entre o sector moderno, directa ou indirectamente integrado na economia mundial, e o chamado sector da “economia de subsistência”.

A nova doutrina diminuía a importância de “civilizar” os povos colonizados, considerando que tal podia afectar a eficácia da exploração dos territórios africanos. Reduzindo as culturas nacionais a um conjunto de usos e costumes, preservava-se, do “indígena”, a conotação de ser amoral, vivendo nas trevas, dominado pelas forças do mal. A transição para o mundo dos colonos deixava, assim, de passar pela aquisição de conhecimentos e dos valores da “civilização”, para se transformar essencialmente na purificação de toda a perfídia de que os usos e costumes do continente estavam impregnados. A via da “salvação das almas” consagrava o preconceito da desumanização do colonizado e o resgate da sua “elementar humanidade” passava através do trabalho. Deste modo se legitimaram as práticas mais hediondas da exploração dos territórios africanos: o trabalho forçado, os impostos, os castigos corporais, a inaplicabilidade ao “indígena” dos direitos humanos e dos princípios cristãos. Ao propôr-se “civilizar”, a administração colonial pretendia, de facto, impor a hegemonia do modelo cultural luso-cristão, excluindo dos “benefícios” da “modernidade” quantos não interiorizassem os novos valores e códigos.

O colonialismo violentou e interrompeu o processo histórico das comunidades que submeteu, externando as dinâmicas do seu progresso e do seu desenvolvimento económico, técnico e sócio-cultural, desintegrando o imaginário do colonizado, mantendo-o no dilema permanente de assumir a própria história, e ser marginalizado, ou aderir à nova proposta, incorporar uma História que não compreende, comunicar num idioma que é estrangeiro, orientar-se por valores e símbolos que lhe são estranhos e, portanto, ser discriminado.

O resultado prático da “missão civilizadora” foi, na verdade, a tentativa de formação de elites dependentes e, voluntária ou involuntariamente, cúmplices da máquina repressiva do colonialismo.

A sobrevivência de Portugal, pobre e de escassa população, na “família” das potências coloniais passava por compromissos e alianças e a mais natural era, sem dúvida, com a Grã Bretanha, de que era semiperiferia. Assim, vastíssimas parcelas do território foram entregues à plena gestão privada através de contratos de concessão, com amplos poderes de governação (incluindo o de cunhar moeda), atribuídos a companhias comerciais internacionais. Esta situação iria manter-se até à década de 1930.

A expansão mundial dos finais do séc. XIX caracterizou-se também pela inversão dos fluxos migratórios no continente. Com a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, a viagem para as colónias de indivíduos provenientes de outros continentes, em particular da Europa e Ásia, passou a ser largamente predominante. A movimentação de mão de obra africana foi redireccionada para dentro do continente e transformou-se numa fonte de rendimento para a economia das colónias. Num mundo em que o factor decisivo do progresso e da riqueza era o trabalho, o colonialismo português fez da exploração intensiva da mão-de-obra, recurso abundantemente disponível e exigindo poucos investimentos, a base da economia de Moçambique.

A maioria da população africana da colónia permanecia, porém, entregue à sua capacidade de sobreviver, constituindo uma enorme reserva de mão de obra não qualificada. A sua integração na economia de mercado fazia-se através da prestação de trabalho manual, assalariado, compulsivo, penal ou migratório.

A estrutura da economia herdada no momento da independência, em 1975, reflectia ainda o princípio definido na década de 1890: não custar dinheiro a Portugal e contribuir para o seu desenvolvimento. O princípio inviabilizava, todavia, a questão do crescimento económico de Moçambique e, muito mais, qualquer hipótese de uma distribuição de renda minimamente balanceada. A acumulação conseguida na colónia concentrava-se nos investidores estrangeiros e num pequeno grupo de colonos colaboradores ou subsidiários destes principais empreendimentos.

A tomada do poder por Salazar, em Portugal, tinha levado à reformulação da política colonial na década de 1930. Mas esta deve ser vista no quadro mais vasto do regresso às economias nacionais determinado pela crise de 1929. O regime corporativo pôde instaurar medidas fortemente proteccionistas com vista à criação de um empresariado português com capacidade competitiva internacional. O controle e a exploração directa das colónias tornavam-se, assim, elementos decisivos do projecto salazarista. O Portugal nacional-corporativo aproveitou o conflito mundial de 1939/45 para, com a sua neutralidade, alimentar um relativo isolamento que lhe abriu espaços para realizar o seu próprio percurso. Neste período, intensificou os instrumentos de uma exploração brutal, sem qualquer controle internacional, e, mercê da sua equidistância no conflito, preservou incólumes as infraestruturas de todas as suas colónias, com excepção de Timor.

Com a Segunda Guerra Mundial, os desenhos hegemónicos começaram a passar cada vez mais ao lado do opróbrio da dominação directa. Portugal, cujo colonialismo se processava com assinalável atraso histórico, constituiu a excepção. Daqui nasceu, como todos sabem, uma descolonização tardia, que teve de recorrer à confrontação armada e que acabaria por se emaranhar nos tentáculos poderosos da guerra fria.

A frente política que conduziu o processo anticolonial em Moçambique, à semelhança do que fora a experiência africana em geral, identificou na criação do Estado-nação, o caminho para uma referência identitária que abrangesse todas as populações e comunidades estabelecidas dentro das fronteiras herdadas. Com a conquista da independência e o êxodo dos colonos, Moçambique tentou uma via de crescimento sócio-económico baseada nas próprias capacidades, ao serviço da comunidade nacional em que o Estado, assumindo um papel central como intérprete de uma proposta ideológica hegemónica, se impunha como símbolo dos valores que incorporavam a ideia da libertação.

Foi um período marcado pelo sentimento de independência e pelo nacionalismo que, obviamente, se reflectiria na concepção da nova economia do país. A aproximação com o bloco dos países socialistas apresentava-se como a via para o estabelecimento de relações económicas internacionais que fugissem às tenazes da economia-mundo.

A conjuntura internacional, na década de 1970, apresentava um quadro de confiança sobre a possibilidade de uma via desenvolvimento nacional. O governo moçambicano, empolgado com a vitória e o entusiasmo popular, nacionalizou a terra e colocou sob controle do Estado os sectores estratégicos, incluindo as principais empresas estrangeiras, fixou preços e salários, instituiu subsídios aos produtos alimentares básicos, socializou a educação e os serviços de saúde, criou mecanismos de controle sobre as importações e sobre a política cambial, definiu a agricultura como base da economia e defendeu a necessidade de uma industrialização acelerada e de uma geral modernização da sociedade.

Para os efeitos desta reflexão retenho, do período do projecto socialista, apenas a dimensão da independência perseguida e, até certo ponto, conseguida.

A década de 1980, porém, marcaria a contra-ofensiva da economia mundial. Uma batalha crucial travou-se a propósito da Nova Ordem Internacional da Informação e Cultura. Os países em desenvolvimento olhavam com grande apreensão o crescente desequilíbrio dos fluxos informativos, a invasão das suas fronteiras territoriais pelos média internacionais e a agressão cultural que isso representava. As grandes potências defendiam a livre circulação da informação, sem restrições. A importância do problema, para as grandes nações do Ocidente, justificou a quase imobilização da UNESCO, por suspensão do pagamento de quotas dos seus maiores contribuintes. Numa época de grandes debates sobre alternativas às relações de dependência herdadas da ordem colonial em busca de um mais democrático relacionamento da economia do planeta, o senegalês Amadou Mahtar M'Bow, Secretário Geral da UNESCO, advertia: *“Este monopólio de facto opõe-se ao estabelecimento de uma nova ordem económica internacional”*.

A tremenda desigualdade do fluxo unidireccional da informação, entre quem a produzia e disseminava e quem a consumia, era afinal o prenúncio de uma “outra ordem” que nada tinha a ver com a esperança de um relacionamento democrático e de respeito pelo “outro”. Estava-se, na realidade, perante a montagem do aparelho ideológico de uma nova era. As grandes potências preparavam-se para retomar a dominação inquestionável do mundo que fora abalada pela derrota americana no Sudeste Asiático, pela descolonização, pelas lutas guerrilheiras antiimperialistas, pela crise social no interior das metrópoles e pela corrosão psicológica, no complexo militar-industrial, causada pelos os ideais de paz, de fraternidade e de solidariedade com os “condenados da terra”.

Em meados da década de 1980 Moçambique encontrava-se vergado pelo peso da dívida acumulada, confrontado com o agravamento dos juros internacionais, sem contrapartida de desenvolvimento como resultado de uma sucessão de calamidades naturais mas, principalmente, de uma guerra que destruía as suas débeis infraestruturas e que transformava mais de um terço da população em refugiados nos países vizinhos. Necessitando de novos créditos, de uma urgente ajuda alimentar e da simpatia e credibilidade dos grandes doadores, que eram os países do Ocidente, o governo moçambicano preparou-se para aderir ao modelo de reestruturação económica que propunha o sistema internacional de Bretton Woods.

O projecto sonhado na independência não resistira ao “conflito de baixa intensidade”, que os estrategos militares do regime do “apartheid” conduziram contra Moçambique e que, em meados da década de 1980, haviam conseguido transformar num conflito endémico no corpo socio-económico do país. A estratégia de destruição sistemática revelou que o objectivo fundamental desta guerra era, mais do que uma mudança de lideranças, a efectiva destruição do projecto de estado-nação moçambicano. A República de Moçambique foi reduzida, em 1990, à condição oficial de país mais pobre do mundo.

O “conflito de baixa intensidade” teve resultado paralelo ao das “campanhas de pacificação”, designação que Lisboa dava à guerra de ocupação do fim do século XIX. Era, como então, imperioso dominar os elementos rebeldes para se poder implantar a nova ordem política, social e económica, essencial ao reforço e expansão do capital internacional. A estratégia foi total, conjugando os meios económicos com o recurso à destruição física e psicológica onde, como foi o caso de Moçambique, tal se tornou necessário.

Com a assinatura do acordo de paz em 1992 caiu o último obstáculo ao relacionamento entre o governo de Moçambique e as Instituições Bretton Woods. O Governo adotou a nova filosofia do FMI que, desprezando a dimensão sócio-cultural, reduziu o desenvolvimento a uma fórmula rígida de crescimento económico. O acento tónico na elaboração da estratégia económica e, portanto, política do país, deslocou-se das prioridades da agenda nacional para os interesses do reajustamento estrutural. A dinâmica desenvolvimentista passou da ênfase na política agrária, no aumento da capacidade humana e produtiva endógena e na contracção dos consumos, para se concentrar no crescimento do sector moderno, destinado à exportação, na importação de “know how” e no direccionamento da limitada capacidade de financiamento nacional para o serviço da dívida e a expansão do consumo. Os indicadores macro-económicos substituíram, no orgulho dos dirigentes moçambicanos, os progressos realizados na saúde pública ou no aumento da população escolar. O clube de doadores, que se reúne anualmente em Paris para aprovar novos créditos, fiscaliza com

rigor a estreita aplicação dos programas concordados, aprova os novos projectos e faz depender da estreita observância das suas directivas a concessão dos novos créditos e donativos. A possibilidade de desenvolvimento de Moçambique está, deste modo, cada vez mais subordinada à ajuda internacional.

As medidas tomadas tiveram como inevitável consequência a acentuada redução da importância do Estado em Moçambique. E a sua deslocação do centro da cena política tem implicações bem mais amplas do que o da simples formulação teórica liberal. Em Moçambique, país pluriétnico e multicultural, o Estado é, como acima se menciona, símbolo da independência conquistada. Ele é a representação da nova identidade que essa independência criou: a condição de moçambicano. Ao contrário de quanto sucedera no séc. XIX na Europa, aqui, é em torno do Estado que se vão confirmando as fronteiras e se vai reconhecendo paulatinamente a futura Nação. Não por acaso é comum ouvir, por todo o território, as populações dizerem que “o caso tal se passou *na nação*” ou que “aquele indivíduo viajou para *a nação*”, querendo com isto referir a capital do país, onde reside a sede do Estado.

Daí que o enfraquecimento do Estado signifique necessariamente a debilitação da identidade nacional em gestação. O cidadão do país, que já vira postas em causa algumas das suas referências fundamentais em nome da proposta de identidade como “moçambicano”, mais abrangente e “moderna”, sente-se agora “traído a meio do percurso” e é induzido a refluir para referências precedentes, mais restritas, recompondo, em chave diferente, solidariedades anteriores.

Cento e cinquenta anos mais tarde, os interesses dos países mais desenvolvidos interrompem, com análoga brutalidade, o processo histórico africano impedindo, de novo, a consolidação de identidades que salvaguardassem, no quadro do mundo actual, os interesses específicos dos povos do continente. Ao provocar o desmoronamento dos estados, o “centro” volta a deixar as populações dos países africanos desprotegidas e divididas, lançadas no desespero da sobrevivência quotidiana. E o resultado disto traduz-se já pelo reaparecimento de manifestações etnicistas, de rivalidades regionais e de sentimentos chauvinistas.

A redução do papel do Estado surge, teoricamente, como uma tendência mundial da democracia. No entanto, omite-se que, nos países desenvolvidos, o seu papel é bem mais forte do que a imagem que dele se pretende dar e que a diminuição da importância do Estado se verificou nos sectores não vitais onde as reivindicações de participação da sociedade civil e dos grupos económicos organizados tornaram a tutela estatal desnecessária e mero exercício burocrático. Em África, a sociedade civil inicia agora os primeiros passos e os grupos económicos nacionais são escassos e débeis. Daí que o enfraquecimento da função do Estado, não sendo resultado de uma exigência expressa pela sociedade local, se acompanhe da criação de um vazio de poder que acaba por ser preenchido pelos grupos económicos e ONGs estrangeiros, por sectores ilegais de actividade ou mesmo por organizações criminosas.

A liberalização total e acelerada da sociedade, que deu a Moçambique um “bom nome” entre as instituições financeiras internacionais, comportou, para a maioria dos seus

habitantes, um sério agravamento das condições reais de vida : os serviços públicos ficaram, em geral, com os quadros menos qualificados e, perante as reduções orçamentais que lhes foram impostas, degradaram-se e corromperam-se; as privatizações aceleradas conduziram à alienação das unidades produtivas por grupos internacionais ou, em muitos casos, pelos especuladores imobiliários que, desrespeitando o concordado, encerraram as unidades produtivas e negociaram as infraestruturas; o desemprego cresceu vertiginosamente e está em vias de se agravar com a privatização das grandes empresas pública como os Portos, Aeroportos e Caminhos de Ferro.

A “desnacionalização” do país passa também pela criação de obstáculos ao surgimento de um sector de transformação dominado por moçambicanos. O que se passou com a indústria do caju é um exemplo clássico. Pela especificidade da actividade, os concursos para a privatização do sector foram ganhos por empresas nacionais. A indústria de transformação do caju apresentava-se que podia ser dominada por um empresariado local autónomo. Porém, depois de concluídos os processos de privatização, o Banco Mundial impôs a liberalização da venda do caju provocando o encerramento de 80% do sector, o desemprego de mais de 30.000 trabalhadores e o endividamento dos empresários. O argumento invocado, de que se estava protegendo o preço pago ao produtor, é revelador de como as instituições financeiras vêm a inserção de Moçambique no projecto globalizante. Privilegia-se a capacidade de consumo de um sector da população em detrimento da capacidade de produção nacional, de criação de mais-valia, do desenvolvimento tecnológico. A medidas desta natureza junta-se a obstrução, em nome da igualdade de oportunidades, a quaisquer iniciativas governamentais que visem promover o empresariado nacional ou compensar a real desigualdade de oportunidades com que se defrontam a cada momento. A banca, por exemplo, não tem dificuldade em financiar um empresário estrangeiro que, sem provas dadas em Moçambique, se apresenta com garantias oferecidas pelos bancos do seu país de origem e com currículos bancários abonatórios. Em compensação, o empresariado nacional, sem garantias imóveis devido às nacionalizações que se seguiram à independência ou às destruições provocadas pela guerra interna, sem currículo bancário, porque a iniciativa privada era desincentivada, tem enormes dificuldades de aceder ao crédito ainda que, no passado, tenha provado a sua competência e seriedade como gestor público em condições de extrema precariedade de meios humanos e materiais.

Pelo contrário, o gestor nacional é incentivado a intermediar os projectos de investimento estrangeiros, numa posição subordinada e passiva. Sobrevalorizando essa intermediação, em honorários e capital, encoraja-se objectivamente a formação de uma elite, comprometida com a economia global.

A corrupção é não só tolerada mas promovida. O prestigiado bispo católico de Nampula, no norte de Moçambique, D. Manuel Vieira Pinto defende que a comunidade internacional “entrou no caminho da corrupção” para enfraquecer o Estado, desmoralizar o povo e tornar os funcionários seus instrumentos. Por quanto possa ser apaixonada, esta análise reflecte a estrutura do fenómeno em Moçambique. A disparidade das condições de vida entre estrangeiros e nacionais e os apelos ao imaginário trazidos no assalto da mídia globalizada complementam as condições de que se nutre a corrupção.

A ofensiva contra o Estado nacional passa ainda pela alteração dos mecanismos da ajuda internacional. Com o papel determinante assumido pelas Organizações Não Governamentais, o mecanismo da ajuda deslocou-se da intermediação do Estado, que definia prioridades e metodologias, para o contacto directo com as comunidades, usando metodologias e estabelecendo prioridades em conformidade com os interesses e estratégias das próprias ONGs. “...*Depois da Conferência de Berlim houve guerras que estabeleceram o controlo colonial do continente. Depois vieram os missionários que prepararam o terreno para os capitalistas. Houve guerra outra vez e agora vieram as ONGs. São os novos missionários.*” A citação é de um director provincial moçambicano e é referida por Joseph Hanlon no seu livro *Mozambique: who calls the shots?*(HANLON, 1991,).

Moçambique, com o programa de reajustamento económico, vive uma fase de radicalização social. O crescimento económico enriquece os estrangeiros e um pequeno estrato de nacionais enquanto a sobrevivência de faixas sempre mais amplas da população é garantida, exclusivamente, pelo exercício informal do comércio e serviços ou pelo recurso a actividades e práticas ilegais. A “economia de subsistência”, para onde eram relegados os excedentários do mercado de trabalho, é substituída pelo novo conceito de “economia auto-sustentável”. Tais projectos, como o próprio nome indica, não têm como objectivo central a criação de desenvolvimento porque os meios e tecnologia postos à sua disposição não lhes permitem serem competitivos num mercado sempre mais aberto. O seu fim é o de assegurar, sem encargos para o sector moderno da economia, a sobrevivência da parte “não necessária” da população e a sua existência como consumidores secundários. O moçambicano hoje regressou ao velho dilema de seus avós: ou se reconcilia com o seu passado, e é excluído, ou aprende inglês e informática, compra antena parabólica e telefone celular, estuda as novas tecnologias, etc. para correr o risco de participar dos benefícios da globalização como discriminado.

O trem da hegemonia planetária, tecnológico e altamente selectivo, ganha velocidade e são poucos, na periferia, os que conseguem um lugar nas últimas carruagens. Nestes países, a linha de demarcação entre as elites integradas na área globalizada e a massa dos excluídos deixou de passar pelas fronteiras geográficas ou pela identificação nacional para atravessar famílias, comunidades, grupos étnicos. Os velhos mecanismos da solidariedade auto defensiva não resistem às regras impessoais desta pós-modernidade ou às exigências de fidelidades que não deixam espaço ao compromisso. A população de Moçambique, dividida pelo colonialismo entre indígenas e não-indígenas, reencontra-se agora seccionada entre os que têm acesso à “aldeia global” e os que irremediavelmente estão remetidos a uma dimensão espaço-temporal que os afasta cada dia mais da época de que são contemporâneos.

Esta questão levanta mais duas analogias com a fase de colonização:

Por um lado, a correlação entre dominação e segmentação da massa, entendendo esta, com Ortega y Gasset, como “o conjunto das pessoas não especialmente qualificadas”. É uma constante que as fases de expansão do capital internacional se fazem inevitavelmente acompanhar, nos países periféricos, pela afirmação das diferenças e pela erupção de elementos desagregadores aos diversos níveis das organizações sociais.

Por outro lado, a criação, da já mencionada elite local, psicologicamente “colaboracionista” e pronta a desvincular-se culturalmente das próprias raízes que, como no passado, a

ideologia dominante promove a exemplo, apresentando-a como os primeiros exemplares das mulheres e homens do futuro.

A globalização repropõe uma nova forma da “assimilação/exclusão”. “(...) O capitalismo global é, na verdade, um processo de ocidentalização (...)”, escreve Kevin Robins no seu trabalho *“Tradition and translation: national culture in its global context”* (ROBINS, 1991).

Esse processo é acompanhado, em nome da diversidade cultural e do respeito pelo “outro”, pelo estímulo ao renascimento das culturas locais. A polarização no “global” e no “local” deixa, no vazio, a cultura nacional em gestação. O objectivo é, mais uma vez, abortar o processo. À fragmentação sócio-económica associa-se a fragmentação cultural. Os elementos centrífugos da dinâmica social são favorecidos por esta abordagem e os resultados estão à vista na Somália, Libéria, Serra Leoa, nos dois Congos, Ruanda, Burundi.

A própria metodologia de implantação do sistema de democracia pluralista em Moçambique é, com singular coerência, convergente neste renovado projecto de “desenvolvimento separado”: cria-se o parlamento nacional para o qual o cidadão das zonas rurais vota, regra geral, com muito escassa ou nenhuma informação. Os deputados eleitos trabalham em conformidade com agendas que pouco ou nada têm a ver com a realidade quotidiana dos eleitores e raramente, quando o fazem, lhes prestam contas da sua actividade. Para alguns destes eleitores ficará, do acto eleitoral, uma ideia vaga do exercício do pluralismo e de que, através do mecanismo do voto, a sua opinião é solicitada de cinco em cinco anos. Em poucos fica a consciência da possibilidade, pelo processo da votação, de intervir sobre realidade e modificá-la. Mas, se a educação democrática é, efectivamente, uma preocupação “civilizacional” da comunidade internacional, seria lógico que se procurasse introduzir alguns princípios elementares do exercício democrático na escolha dos dirigentes das comunidades de base. Aí, o camponês das zonas mais remotas iria aprender que, através da democracia pluralista, é possível escolher o chefe mais capaz e melhorar, assim, a própria vida. Mas não é isso que sucede: quando o exercício democrático se situa na zona dos “excluídos”, mais uma vez em nome do respeito pela diferença, destacam-se as “virtudes democráticas” da ordem social tradicional e confia-se à legitimidade linhageira a direcção das comunidades. E são cientistas sociais quem repropõe esta nova distinção entre “indígenas” e “assimilados”.

Vivemos, como dizia na abertura o Prof. Carlos Lopes, um momento de desorientação. Mas julgo que, se a analogia com o fim do século passado tem algum fundamento, ela também o deve ter no processo histórico que conduziu à independência dos nossos países. Quando Mouzinho de Albuquerque derrubou o império de Gaza a juventude de então sentiu-se sem futuro, lançada no desconhecido de uma nova ordem, que se comportava de modo incompreensível, que adorava divindades desconhecidas, que ostentava um poder inacessível e uma força de que se não divisavam os limites. O desânimo era total. Rebelar-se significava a morte ou o degredo. O pânico de hoje não é certamente maior.

Mas, colonizados de ontem, estamos aqui discutindo a colonização de hoje. E este facto é uma novidade absoluta, um elemento novo que urge potenciar e pode dar significado especial a esta conferência da ALADAA.

